

“Manchesterismo”: três lições para Portugal

José Pedro Reis

Julho de 2026

Uma versão mais curta deste artigo foi publicada a 13-06-2026 no jornal Público e pode ser consultada [aqui](#).

A recente ascensão de Andy Burnham a Primeiro-Ministro britânico depois de nove anos à frente da Região Metropolitana de Manchester tem alimentado o interesse no “manchesterismo”: a fórmula por trás do ressurgimento económico da região, que alia objetivos económicos e sociais através de liderança forte, visão de longo prazo e uso estratégico de *soft power*. Por iniciativa própria, Manchester construiu uma dinâmica de descentralização que inspirou todo o Reino Unido – e oferece três lições a Portugal, um Estado tão centralista como o britânico.

Lição nº 1: não estamos condenados ao centralismo

A história do “manchesterismo” começou muito antes de Burnham e é, antes de mais, uma lição de não resignação perante o centralismo: uma região que, sem esperar por poderes que não tinha, usou o *soft power* para desbloquear um processo de descentralização.

Em 1986, o governo de Margaret Thatcher aboliu os conselhos metropolitanos das maiores áreas urbanas de Inglaterra, agravando ainda mais a dimensão centralista do sistema britânico. De repente, as principais cidades perderam o único patamar de governo entre as autarquias locais e o Estado central – estruturas que, mesmo sem os poderes mais alargados das principais regiões europeias, tinham um papel importante da definição de políticas e na gestão de serviços à escala da cidade-região funcional. Perante o mesmo choque, as regiões reagiram de formas diferentes: a maioria limitou-se a gerir o que restava, com pesados custos para o seu desenvolvimento; Londres travou uma longa batalha política que só quinze anos depois daria origem a uma autoridade metropolitana. Manchester escolheu outro caminho.

Logo nesse ano, os dez municípios da região criaram a AGMA – Associação das Autoridades da Grande Manchester: uma estrutura nova e voluntária, sem poderes formais, assente na partilha de responsabilidades e recursos entre autarquias. Funcionava como articuladora estratégica, coordenando candidaturas conjuntas a financiamento e representando a região perante o governo central e a União Europeia. Nas décadas seguintes, a Grande Manchester executou ambiciosos programas de regeneração urbana, garantiu uma rede de metro ligeiro e um papel central na gestão do aeroporto, e desenhou estratégias comuns de desenvolvimento económico e atração de investimento. A liderança de Richard Leese e Howard Bernstein – durante mais de duas décadas, respetivamente, presidente e diretor-geral da câmara municipal de Manchester – foi decisiva, aliando enorme ambição e visão de longo prazo a um pragmatismo certo: negociaram e colaboraram com governos de cores diferentes e com grandes empresas e investidores. Mas todos os autarcas, qualquer que fosse o concelho ou o partido, repartiam entre si pastas temáticas e falavam em nome de toda a região. Unidos, tinham mais voz e influência.

A transformação económica da região, que tanta tinta tem feito correr, deve muito a este modelo inovador de governança supra-municipal. Mas a maior conquista da AGMA foi a sua legitimação efetiva, em 2011, na Greater Manchester Combined Authority: uma autoridade metropolitana com poderes, orçamento e, desde 2017, presidente diretamente eleito – Andy Burnham. Manchester criou assim um modelo de descentralização administrativa e política para si e para o país: há hoje 13 áreas metropolitanas com presidentes eleitos em Inglaterra, inspiradas no seu exemplo.

A lição de Manchester é dupla. A primeira é a importância do *soft power*: é possível fazer muito mesmo sem poderes formais. Onde lhe faltavam competências ou recursos, Manchester não ficou parada: procurou influenciar e cooperar com quem os tinha – o governo, as empresas, a sociedade civil – com uma determinação implacável, quase teimosa. A segunda, é que este é o caminho mais eficaz para desbloquear o impasse político do centralismo: criar agendas e novas vozes regionais, gerar cooperação e mostrar resultados deixa-nos numa posição mais favorável para reivindicar a descentralização formal.

Este exemplo não podia ser mais relevante para Portugal num momento em que a regionalização regressou ao debate. A ausência de um nível regional eleito no Continente coloca-nos entre os países mais centralizados da Europa, onde já nem temos a companhia dos britânicos. A regionalização é urgente, mas difícil no curto prazo. Exigirá, muito provavelmente, um novo referendo cujo resultado é tudo menos previsível: é difícil mobilizar eleitores em torno de reformas administrativas, e este tipo de consulta é terreno fértil para retóricas populistas. Vários analistas, incluindo as recomendações do Relatório Cravinho, têm sugerido que será difícil concretizar a

regionalização sem uma revisão constitucional para remover a necessidade do referendo ou, pelo menos, para alterar algumas das suas regras mais restritivas. Infelizmente é pouco provável que tenhamos tão cedo condições políticas favoráveis para concretizar esta reforma.

O que Manchester nos ensina é que, sem perder de vista a regionalização, não devemos ficar à espera dela. Há muito que pode ser feito desde já para criar efetivas dinâmicas de cooperação ao nível regional: desenvolvimento políticas, projetos e narrativas que cheguem aos cidadãos e resolvam problemas concretos. Mas um modelo destes exige uma liderança forte e uma visão mobilizadora. Exige também uma ampla coligação de vontades e um grande sentido de compromisso, dos autarcas à academia, às empresas, aos sindicatos e às instituições. Não substitui a luta pela regionalização, mas pode ter um impacto significativo nas economias locais e na vida das pessoas. E, se for bem-sucedido, dá-nos a força necessária para poder reivindicar e implementar a regionalização com sucesso.

Lição nº 2: a estratégia é uma arma

Um outro ingrediente decisivo do "manchesterismo" foi estabelecer uma visão estratégica robusta, duradoura e ancorada em evidência técnica, e usá-la como ferramenta de mobilização.

Em 2009, Manchester encomendou a *Manchester Independent Economic Review*, então o maior estudo económico alguma vez pedido por uma cidade-região europeia. Independente e conduzido por economistas de primeira linha – de Edward Glaeser a Diane Coyle ou Jim O'Neill – este estudo não foi um exercício académico: serviu para compreender a fundo a economia local, definir as apostas estratégicas e construir uma narrativa mobilizadora. Este documento identificou as principais lacunas e oportunidades na economia da região. A partir delas, criou um plano de ação concreto que serviu de base para a promoção de investimentos estruturantes e para a negociação com o governo. Sobretudo, mudou a forma como a região se via: uma única economia funcional, e não a soma de dez municípios rivais.

A grande inovação esteve no método. Como me explicou Mike Emmerich, que concebeu o estudo, a chave foi criar «procura de evidência»: envolver desde o início os seus destinatários, do governo central aos outros parceiros públicos e privados, para que se revissem nas conclusões e pudessem mais tarde ser partes ativas na sua implementação. Uma estratégia, descobriu Manchester, pode ser muito mais do que um documento: um instrumento de coordenação e de mobilização de parceiros internos e externos, e até uma arma contra o centralismo. Ao setor privado, esta visão deu provas de especialização e diferenciação e garantias de compromisso e

estabilidade, essenciais para reduzir incerteza e atrair investimento. À região deu os argumentos técnicos e uma plataforma estratégica vital para negociar com o Governo os poderes, recursos e investimento que precisava.

A Área Metropolitana do Porto (AMP) anunciou para este ano uma Estratégia Metropolitana de Desenvolvimento Económico. Salvo as devidas proporções, o paralelismo entre as duas cidades é evidente: ambas as “capitais do Norte” são segundas cidades, com forte legado industrial e longa tradição de sociedade civil ativa. E em ambas o sucesso futebolístico perante a capital não tem tido, historicamente, paralelo no desempenho económico nem nos níveis de investimento. Ora, em Manchester uma estratégia partilhada foi crucial por assentar na cooperação supra-municipal, na co-criação de uma agenda ambiciosa e um caderno de encargos conjunto, e na mobilização de parceiros estratégicos para a sua concretização.

O Porto pode aspirar ao mesmo: tudo dependerá de como a oportunidade for aproveitada. A estratégia da AMP deve obedecer a três princípios. O primeiro é a robustez técnica: assentar numa análise séria, baseada em dados e em consulta alargada, dos desafios da região e do que a pode tornar globalmente competitiva. Sem este alicerce, dificilmente terá o impacto desejado.

O segundo é o nível de ambição. Manchester nunca agiu com base nos poderes ou responsabilidades que tinha, mas nos que queria vir a ter e na visão da cidade que queria ser. O maior erro que a estratégia da AMP pode cometer é ser um catálogo de prioridades de cada município ou confinar-se às suas escassas competências. A AMP deve definir o que quer ser na próxima década: os setores críticos, o talento que quer atrair, os grandes investimentos, públicos e privados, de que necessita. Deve aproveitar estrategicamente todo o potencial dos grandes investimentos que se avizinham – com a alta velocidade e o aeroporto à cabeça – enquanto se prepara para os impactos do contexto económico e geopolítico em evolução. É essa visão – ambiciosa, mas assente na realidade – que mobiliza parceiros e investimento.

O terceiro decorre do segundo: mobilizar os parceiros estratégicos desde o início. Para reunir recursos muito além dos poderes municipais, é preciso envolver desde a primeira hora o governo central e as suas agências – AICEP, IAPMEI, Banco de Fomento, entre muitos outros – a CCDR-N, mas também as grandes empresas, as associações empresariais, as universidades e os sindicatos. Uma estratégia que mobilize todos estes atores deixa de ser o plano das autarquias da AMP e passa a ser o plano da região – e do país.

Nada disto é fácil. Exige trabalhar para lá de fronteiras – entre níveis de governo, partidos políticos, público e privado. Exige acima de tudo lideranças com ambição, pragmatismo, visão estratégica e enorme capacidade de compromisso em prol da

região. Mas é essa a diferença entre um documento que adormece numa gaveta e uma verdadeira arma contra o centralismo.

Lição nº 3: o desenvolvimento económico precisa de todos, todos, todos

Muito se tem escrito sobre uma suposta ironia do "manchesterismo": Andy Burnham defende um Estado forte, ao serviço de objetivos sociais como habitação, transportes ou emprego (que lhe tem garantido o apoio dos setores mais à esquerda do partido Trabalhista), mas o ressurgimento de Manchester foi impulsionado sobretudo por investimento privado e por políticas amigas das empresas. Não vejo neste “socialismo pró-empresas”, como tem sido designado, contradição alguma. Vejo sim uma abordagem pragmática e ancorada na realidade do século XXI: para prosperar, uma economia precisa de um Estado competente e ágil, capaz de fazer escolhas estratégicas e de criar condições para atrair talento e investimento num contexto de enorme competição internacional. Nesta visão, o Estado é um potenciador, não uma barreira, à ação do setor privado – principal responsável pelo crescimento e pelo emprego.

Já mostrei como as cidades podem ter um impacto muito maior do que os seus poderes formais e como a evidência e a estratégia podem ser catalizadores de mobilização. Falta a cola que segura todo o modelo: a capacidade de transformar essa visão estratégica e uma identidade local forte, mas ainda abstrata, numa verdadeira dinâmica de colaboração proativa, construindo coligações alargadas – do local ao internacional, do público ao privado e à sociedade civil.

Poucos lugares personificam este espírito coletivo como Manchester. Mas ele não nasceu por acaso: construiu-se ao longo de quatro décadas, sobre uma tradição cívica – a cidade foi pioneira das universidades cívicas, nascidas no século XIX ao serviço da indústria – e sobre o trabalho paciente de líderes que fizeram da colaboração um hábito. A partir das ruínas da desindustrialização, sucessivos autarcas, reitores e empresários teceram uma rede de instituições partilhadas – da Marketing Manchester à agência MIDAS ou à Manchester: Knowledge Capital, que juntou municípios, universidades e empresas em torno da inovação.

Há vários exemplos. Ouvi recentemente Nancy Rothwell, reitora da Universidade de Manchester entre 2010 e 2024, contar como telefonou a um ministro a altas horas, pedindo-lhe que apanhasse o primeiro comboio para uma reunião com uma multinacional que a cidade disputava à Europa. O notável não é o ministro ter ido, nem a cidade ter ganho, mas uma reitora considerar que atrair investimento era também tarefa sua. Hoje, a sua universidade co-desenvolve com privados os seus distritos de inovação, do grafeno ao Circle Square, que roubou a Londres a sede

britânica da PUMA (segundo a própria empresa, devido ao talento criativo e digital da cidade, ligação a parceiros académicos e a um cluster local de tecnologia, moda e Inteligência Artificial). Nem sempre foi bem-sucedida – falhou, por exemplo, as candidaturas olímpicas de 1996 e 2000 – mas ainda assim criando relações e dinâmicas de colaboração entre instituições públicas e privadas que foram cruciais para sucessos futuros.

Em Portugal, falta-nos uma tradição tão forte de colaboração ativa entre setor privado, sociedade civil e Estado nas políticas de desenvolvimento económico. Mas há sinais animadores – quer em programas públicos recentes, incluindo ligados ao PRR, que promovem estas redes, quer em intervenções e eventos a que tenho assistido onde a colaboração entre câmaras municipais, empresas e universidades é colocada como prioridade fundamental. Falta transformar as boas intenções e casos pontuais de sucesso em processos eficazes e sistemáticos de atuação conjunta.

Foi isso que Manchester foi construindo desde os anos 80, por mérito dos líderes políticos da região que, durante décadas, tiveram a coragem de inovar, a paciência de convergir numa visão de longo prazo e a determinação de mobilizar recursos que lhes faltavam. Não esperaram por promessas de descentralização: criaram o seu modelo, usaram todas as ferramentas para demonstrar resultados e, só então, reivindicaram mais competências e investimento. Foi assim – com estratégia, cooperação e uma boa dose de teimosia – que uma cidade industrial em declínio se reinventou.

Andy Burnham foi o último a colher os frutos do sucesso das últimas décadas. Se o modelo do "manchesterismo" pode ser aplicado com êxito à escala nacional, em breve descobriremos. Para já, fica o essencial: usemos as lições de Manchester como inspiração para o trajeto de descentralização e de desenvolvimento de que as regiões portuguesas tanto precisam.

***José Pedro Reis** é um especialista em cidades, desenvolvimento económico e descentralização baseado entre Londres, o Porto e Washington DC.*

[LinkedIn](#)